SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas
Filiado à CSP -Conlutas

Quarta-feira, 27 de outubro de 2010 - JJ 342- 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

28 de outubro Dia do servidor

Parabéns a todos que trabalham e lutam por direitos

No Judiciário Federal, data é para lembrar das lutas que se passaram e dos desafios que temos pela frente



Servidores estiveram firmes na luta pelo PCS

Na semana que se comemora o dia do servidor público, 28 de outubro, o Sintrajud presta uma homenagem às trabalhadoras e aos trabalhadores do Judiciário Federal, que junto com outras categorias estiveram à frente de muitas batalhas na defesa dos direitos, por melhores condições de trabalho, contra as privatizações e precarizações na Saúde, Educação e Justiça e na luta por uma vida digna para todos.

São esses servidores que, muitas vezes, anônimos, ajudaram a construir a história da categoria. "Todas as nossas conquistas foram fruto de muita luta. Nada veio de graça. Foram greves, manifestações em Brasília, atos públicos e muita disposição de luta que garantiram nossas vitórias", ressaltou o diretor do Sintrajud e servidor do TRF Eliseu Trindade.

Os três PCSs, a luta dos juros dos 11,98%, a campanha contra o assédio moral no local de trabalho, as denúncias contra a corrupção tanto no Executivo, quanto no Judiciário fazem parte do rol de lutas levadas pela categoria.

Este ano, mais uma vez os servidores foram protagonistas de uma forte mobilização em defesa dos seus direitos e do serviço público. Em todo o país, os servidores partiram para luta. Em São Paulo foram 69 dias de greve, com mais de 80% de adesão na JT/Barra Funda, maior fórum trabalhista da América Latina. Na JF/TRF também foi grande a participação. Os companheiros do TRE, que desde o início do movimento foram perseguidos pela administração, também estiveram presentes na luta. Em Santos e no interior a greve também foi forte.

"Essa está sendo uma campanha salarial muito dura, estamos enfrentando o governo, as administrações dos tribunais e também uma parte da direção majoritária da Fenajufe, que por ser um ano eleitoral jogou pouco peso na mobilização. Mas os servidores estão de parabéns porque desde o início foram firmes e lutaram contra tudo e todos", ressaltou o diretor do Sintrajud e servidor do TRF, Cleber Aguiar.

Cleber destaca que a intransigência do governo Lula para atender as reivindicações dos servidores, não é algo isolado e representa a política de desmonte do serviço público que está acontecendo em todo mundo. "Com a crise financeira, esses países precisam acelerar os ajustes para ter reservas para socorrer os grandes capitalistas", disse.

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquíades, Melqui, há também todo um cenário montado pelo governo e a mídia para tentar jogar a população contra a luta dos servidores. "Nossa luta é justa. Ao defendermos o serviço público, estamos defendendo a população, que está sendo colocada em segundo plano pela política privatizante dos governantes. Por isso, fico orgulhoso de pertencer a essa categoria, que apesar das adversidades está avançando na consciência de que sem luta não haverá conquista", disse Melqui.

Mobilização
Servidores aprovam nova paralisação dia 11 de novembro
Página 3

Crise
Senadores aprovam reforma da previdência na França
Página 03

Brasil
Tribunais têm sobra orçamentária
Página 04

Editorial

Servidor, herói da resistência

Há algo a se comemorar no Dia do Servidor Público, 28 de outubro: a resistência heróica dessa categoria, em todas as esferas de governo e em todos os poderes da República, em meio há pelo menos duas décadas de ataques ininterruptos ao setor.

Ataques que não cessam: basta observar a fileira de projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados, sob a chancela do governo, e que reduzem direitos do funcionalismo: congelamento salarial por dez anos, fim definitivo da estabilidade com a normatização da demissão por "desempenho insuficiente", regulamentação do fim da aposentadoria integral, cerceamento do direito de greve... só para citar alguns dos mais graves.

Por trás disso tudo, está a política deliberada de desestruturar os serviços públicos. E é nesse contexto que o servidor público transforma-se num incômodo, numa pedra no caminho do governante mais empenhado em garantir os interesses privados do que o bem da população a qual deveria servir.

O servidor é um incômodo, uma pedra no caminho do administrador mais preocupado com os interesses privados do que com o público

Vivemos, então, um processo contínuo de desmonte do setor público e da própria figura do 'servidor'. Este fica desfigurado num contexto em que está cada vez mais privado da aposentadoria integral, das garantias de emprego e de algumas dezenas de direitos surrupiados do seu regime jurídico de trabalho.

Trabalhando em meio a uma terceirização cada vez maior da mão-de-obra, submetida a uma relação precária de trabalho, quase sempre subordinada à vontade do chefe ou do gestor e às vezes análoga à escravidão, o servidor é visto como um 'problema' a ser suprimido pelo governo, seja este federal, estadual ou municipal.

Em todas as esferas de poder, mas de forma vertiginosa nos municípios e estados, a terceirização avança a passos largos. As ações do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, com seus termos de ajuste de conduta que preveem a substituição de terceirizados por concursados, parecem enxugar gelo: os concursos nem sequer conseguem repor os quadros que se aposentam ou pedem exoneração.

Tal processo está longe de ser localizado. Agora mesmo, em diversos países do mundo, anunciam-se ondas de demissão em massa de servidores: 100 mil na Rússia, 500 mil em Cuba, outras dezenas de milhares na Grécia e na Inglaterra. Sem falar no ataque às aposentadorias em curso na França e na Espanha.

Mas há resistência, seja nestes países, seja no Brasil. Não fosse isso os serviços púbicos já teriam sucumbido diante da ganância dos grandes conglomerados de empresas privadas. É a essa resistência, a essa certeza de que nossa luta é justa e que podemos andar de cabeça erguida ao dizer que somos servidores e defendemos o serviço público gratuito de qualidade, que devemos brindar neste 28 de outubro de 2010.

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Em defesa dos nossos direitos, voto nulo

Ana Luiza Figueiredo*

Em primeiro lugar, agradeço mais uma vez a todos que votaram em mim. Foram 109.415 votos, alguns votaram por me conhecerem das lutas que participei. Outra parte votou em mim pelo fato de eu ter sido a única mulher candidata ao Senado, além da Marta. Mas a grande maioria votou em mim pelo programa que defendi.

Muitos dizem que o nosso programa é radical, mas é preciso ser radical contra a opressão. É preciso que alguém diga que as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens, que sofrem com a falta de creches, com a criminalização do aborto e com a violência doméstica. E somente no meu partido pude fazer isso. Por isso, tenho muito orgulho de fazer parte do PSTU.

Somos um partido que não recebe um centavo da burguesia. Nossa campanha é financiada pela contribuição de nossos militantes e dos trabalhadores que concordam com as nossas propostas. O que dificulta a nossa aparição, pois, fazer uma campanha eleitoral é caro. Além disso, a lei eleitoral nos impõe pouco tempo de TV e de rádio.

Muitos colegas me perguntam em quem votarei no segundo turno. Temendo a volta da direita tradicional, presente na candidatura de Serra, defendem o voto em Dilma. Esse receio é justo. Basta olhar para a situação dos servidores públicos do Estado de São Paulo para termos uma ideia da forma tucana de governar.

Mas é preciso deixar claro que a direita está dividida. Uma parte dela, principalmente as empresas de jornais e de televisão, está com Serra. Por outro lado, a maioria do grande capital está com Dilma e com o PT, e não é de hoje.

Se FHC privatizou as estatais e retirou mais de 50 direitos dos servidores públicos, foi o PT de Lula que "reformou" a nossa previdência, que ocupou militarmente o Haiti, que está impondo o congelamento salarial aos servidores do judiciário, que pretende congelar os salários dos servidores públicos por 10 anos.

Outra demonstração de como ambos são apoiados pela direita está em seus aliados de campanha. Serra está com FHC, César Maia e Yeda Crusius; Dilma tem o apoio de Sarney, de Collor e Jader Barbalho, velhas figuras da direita brasileira. Por representarem o mesmo projeto político, tanto Serra quanto Dilma vão atacar os direitos dos trabalhadores do serviço público

Participar das eleições como candidata foi mais um momento da luta em defesa dos trabalhadores e do programa do PSTU. Acreditamos que a reforma agrária precisa ser feita, que a jornada de trabalho tem que ser reduzida sem redução dos salários. Que os trabalhadores precisam e merecem educação e saúde de qualidade. Que para garantir tudo isso é preciso romper com o imperialismo e parar de pagar a dívida pública.

É nesta luta e neste programa que eu acredito, e como nem Serra, nem Dilma representam este programa, meu voto será nulo neste segundo turno.

*** Ana Luiza é diretora do SIntrajud e da Fenajufe e servidora do TRF-3**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



Agenda

Vai Acontecer

27 de outubro

- Debate saúde do trabalhador, às 18 horas, no Fórum das Execuções Fiscais

28 de outubro

- Dia do Servidor Público

- Ato dos servidores públicos federais em frente ao Escritório Regional da Presidência da República (Av. Paulista, nº 2,163)

5 de novembro

- Debate sobre saúde do trabalhador, às 15h, em Diadema

11 de novembro

- Dia de luta com paralisações

17 de novembro

- Retomada da greve pelo PCS

Aconteceu

26 de outubro

- Dia Nacional de Luta

- Assembleia/ato, no TRF, na JT/Barra Funda e na JF de Santos

Mobilização

Em dia Nacional de Luta, servidores decidem construir paralisação dia 11 de novembro

Servidores da Trabalhista, da JF e do TRF afirmam que retomar a mobilização é o único caminho contra o congelamento e pelo PCS

Wladimir Souza





Marcela Mattos

Assembleia no TRF decide retomar mobilização (esq.) e servidores em Santos na luta pelo PCS (dir.)

A paralisação de 24 horas, marcada para o dia 11 de novembro, será construída em cada local de trabalho. Esta importante tarefa foi definida pelos servidores em frente ao TRF-3, na JT/Barra Funda e pelos servidores da cidade de Santos, no Dia Nacional de Luta, terça-feira, dia 26. "Existe um calendário nacional de luta, e precisamos construí-lo aqui", definiu a diretora do Sintrajud e da Fenajufe Ana Luiza Figueiredo.

A última reunião nacional da categoria, em Brasília, definiu a data como o Dia Nacional de Luta. Em votação, os servidores aprovaram seguir o calendário da Fenajufe, que prevê paralisação no dia 11 de novembro e retomada da greve dia 17.

Para Inês de Castro, diretora do Sintrajud, e servidora da JT, a situação é difícil e depende do compromisso de todos participarem da luta. Ela alertou que se nada for feito o PCS ficará parado na Câmara, enquanto o PLP 549/09 tende a andar, independentemente se o próximo presidente for Dilma ou Serra. "Não temos nada garantido, precisamos seguir lutando, só assim conseguiremos nosso reajuste", disse.

De acordo com Leica Silva, diretora do Sindicato, também da JT, é preciso resistir às pressões para a categoria se desorganizar e desistir de lutar pelos seus direitos. Descontos nos salários e compensação hora a hora são algumas delas. "Nada vem sem luta, o resultado é fruto de quanto nos mobilizamos ou não", destacou ela.

Opinião semelhante tem o diretor do Sintrajud Cléber Borges Aguiar, que considera fundamental a construção da mobilização para o dia 11 de novembro. "A retomada da mobilização é o único caminho que nós temos para reconstruir a greve e barrar o congelamento salarial", disse.

Na Baixada Santista

Em Santos, os servidores, além de aprovarem a construção da paralisação no dia 11 e indicativo de greve no dia 17 de novembro, vão fazer um almoço solidário com um ato contra o congelamento e pelo PCS, na quinta-feira, dia 28.

Segundo Adilson Rodrigues, diretor de base, a dificuldade é muito grande, mas os servidores têm que participar: "Cada servidor tem que assumir a responsabilidade que lhe cabe para ajudar a superar o impasse na negociação e congelamento em curso, que é inaceitável. Ao invés de lamentar, cada um é chamado a lutar para pressionar Peluso a fechar um acordo para aprovar nosso PCS".

Compensação no TRT

Sobre a compensação do TRT, a diretoria do Sintrajud lembrou que aguarda resposta dos juízes auxiliares da presidência. Em reunião com os juízes, o Sindicato solicitou a suspensão da Portaria 29/10, que determina que todas as horas sejam compensadas até o dia 30 deste mês. Nesta quarta-feira, 27, uma comissão de servidores irá procurar o presidente para levar-lhe a reivindicação. Já o recurso do Sintrajud contra os descontos deverá ser julgado pelo Pleno do Tribunal no dia 8 de novembro. Na sessão do dia 18, após pedido de vista, o julgamento foi adiado.

Pressão pela compensação hora a hora no TRF

Desde a determinação da compensação hora a hora, o Sintrajud tem orientado os servidores a aguardarem a tramitação dos recursos que estão sendo ingressados. É o que está fazendo o servidor Paulo Rogério Barbosa, que mesmo considerando a compensação um elemento de pressão sobre todos os grevistas, critica os colegas que "estão muito afoitos para compensar as horas", uma vez que é possível aguardar a decisão do recurso.

"Quando a administração fala que um servidor que fez greve não pode receber horas extras, ela está atacando o nosso direito de lutar contra o congelamento salarial. Não iremos admitir isso", ressaltou Ana Luzia.

Organização

Setor de transporte do TRT -2 reivindica melhores condições de trabalho

Em reunião com o Sintrajud na última segunda-feira, 25, os motoristas do TRT-2 demonstraram preocupação com as propostas de "reestruturação" do setor que estão sendo ventiladas, sem que haja confirmação oficial de um projeto e seus objetivos. O Setor de transporte hoje é coordenado pela Desembargadora Jane Granzoto, com quem o Sintrajud agendou reunião para a próxima quinta feira.

Neste setor trabalham mais de cem servidores, sendo que 84 deles atendem exclusivamente aos desembargadores do Tribunal.

O espaço onde se concentram no intervalo entre os deslocamentos tem condições inadequadas. Lá os trabalhadores podem trocar de roupa após a realização de serviços diversos, aguardar a convocação dos desembargadores ou dos setores, e recompor-se nos casos em que a jornada de trabalho é estendida, após longos deslocamentos. A precariedade do espaço se vê nas condições do banheiro (que conta com apenas dois WC para em torno de 40 a 50 pessoas em cada período); nas salas onde há armários em que são guardadas as roupas de trabalho e objetos pessoais; na pequena sala onde há apenas dois computadores para todos esses trabalhadores. Boa parte da estrutura do espaço é improvisada e foi providenciada pelos próprios servidores, como cadeiras, bancos e uma pequena reforma no banheiro.

Segundo informações, uma das primeiras medidas a ser adotada na falada reestruturação é o fechamento desta sala. Os motoristas reivindicam melhores condições, e não a eliminação do espaço. Há também rumores sobre a reestruturação das atividades do departamento.

Os trabalhadores reivindicam que sejam ouvidos antes de qualquer mudança no local e na gestão do trabalho. O Sintrajud apóia as reivindicações do setor pois sabe que os trabalhadores conhecem os problemas do dia a dia, e têm portanto, as melhores soluções. Também reivindica um processo democrático de debate, onde as soluções sejam construídas, não impostas.



Dia do Funcionário Público será comemorado com manifestação na Av. Paulista

Nesta quinta-feira, para comemorar o dia do servidor público, 28 de outubro, às 11 horas, o Sindsef convida todos os servidores para participar de um ato em frente ao Escritório Regional da Presidência da República (na Av. Paulista, prédio do Banco do Brasil).

O Ato contará com a presença de um grupo teatral e da banda A Orgulhosa de Franca.

Europa em crise

França: Senado aprova reforma e trabalhadores prometem aumentar mobilização

Nova greve geral está marcada para esta quinta-feira, dia 28

Contrariando a vontade das ruas, com suas greves, piquetes e manifestações, o Senado francês aprovou a reforma da previdência, proposta pelo presidente Nicolas Sarkozy. Na última sexta-feira, dia 22, os senadores centristas declararam que votariam com o governo, permitindo o resultado de 177 votos pela reforma e 153 contra.

Com a aprovação, abre-se caminho para um duro ataque contra os trabalhadores franceses, com o aumento da idade mínima para obtenção da aposentadoria, aumento do tempo de contribuição, além do aumento do percentual pago pelos trabalhadores ao sistema previdenciário. Em resumo, o Senado francês, aprovou o rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores. Agora, uma comissão de senadores e deputados irá se reunir para elaborar o texto final.

Mas os trabalhadores já afirmaram que não desistirão de defender seus direitos. Centrais sindicais, sindicatos e organizações estudantis estão convocando novas manifestações contras as medidas governamentais. Em várias refinarias, foi prolongada a paralisação, que já dura nove dias, enquanto os estudantes convocaram uma jornada de mobilização que começou nesta terça-feira, 25. Já para a quinta-feira, 28, está marcada nova greve geral no país, além de nova jornada de lutas no dia 6 de novembro.

A perseguição aos ciganos e imigrantes se intensificou nos últimos anos. Mesmo os filhos nascidos em países que foram colônia da França, e tinham o direito à cidadania francesa, foram criminalizados pelo governo anos atrás. Após a morte de um jovem de origem argelina no subúrbio parisiense, os protestos tomaram a "Cidade Luz".

O dirigente da CSP-Conlutas Dirceu Travesso, que esteve em Paris levando a solidariedade dos trabalhadores brasileiros e das entidades representadas pela CSP-Conlutas, disse que estavam errados os que pensavam que esta reforma previdenciária dizia respeito unicamente aos franceses: mas terá o destino dos trabalhadores de todo o mundo que estava colocado em cada piquete, em cada manifestação, duramente reprimida pela polícia francesa".

Para Dirceu, mesmo com a aprovação da reforma da previdência, as manifestações e protestos irão continuar. "Está na raiz da formação política e social francesa a organização de piquetes; foram eles que inventaram a greve, que criaram sindicatos que inspiraram o movimento operário em todo o mundo. O maio de 1968 ainda vive nos corações e mentes de estudantes e trabalhadores de todo o mundo", ressaltou.



Ao fundo, manifestação popular bloqueia o acesso ao Aeroporto de Nice, na França; no detalhe, tropa de choque escolta caminhão-tanque no sudoeste da França, no dia 19/10

Econômico

Judiciário poderia pagar PCS com saldo orçamentário

Estudo mostra que os três órgãos da Justiça gastaram menos do que o percentual considerado ideal até o final de setembro. Sobras poderiam ser utilizadas para atender reivindicações da categoria

O saldo orçamentário dos três ramos da Justiça (Trabalhista, Federal e Eleitoral) em nível nacional seria suficiente para pagar pelo menos uma parcela do PCS retroativo a agosto. Estudo realizado pelo Departamento Econômico do Sintrajud mostra que todos os órgãos utilizaram menos do que o previsto para o período do orçamento de 2010. Segundo o estudo, até o dia 27 de setembro deste ano, nenhum deles havia liquidado do orçamento o equivalente a 270 dias de execução, considerando que o ano tem 365 dias. O "percentual ideal" para o período seria de 73, 97%, índice bem superior aos liquidados.

A Justiça Eleitoral executou apenas 37,63% do orçamento previsto para o ano de 2010, resultando num saldo de R$ 674,4 milhões. Na Justiça Federal, foram liquidados 46,74%, com um saldo de R$ 381,6 milhões. Já na Justiça Trabalhista, foram 57,24%, com saldo de R$ 216,9 milhões.

Para a realização dos cálculos foram consideradas todas as despesas dos órgãos, com exceção dos gastos com pessoal. As "sobras" dos três, segundo o economista do Sintrajud, Washington Moura Lima, "ultrapassaria largamente os custos do PCS, de outubro a dezembro".

Para o economista, "caso não sejam tomadas rápidas providências no sentido de acelerar os gastos, aumentando, por exemplo, os valores dos benefícios sociais e realizando remanejamentos, podem ocorrer 'perdas' no orçamento, pela não execução dos valores dos gastos Autorizados. Como vem ocorrendo nos últimos anos". Os tribunais superiores têm autonomia administrativa para fazer remanejamentos.

O Sintrajud continuará acompanhando a execução orçamentária. Caso o saldo persista, os tribunais podem colocar os valores em "restos a pagar" para serem executados no ano que vem. Vale lembrar, que as administrações ainda devem passivos aos servidores, como os quintos e os juros dos 11,98%. Há estados, onde ainda são devidos os valores principais dos 11,98%, como Minas Gerais. "Se o orçamento fosse integralmente executado, os tribunais poderiam atender as reivindicações de seus funcionários e ainda investir em infraestrutura", afirma o economista.

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000